



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº DE 2015 (do Sr. Paulo Pimenta)

Requer a realização de audiência pública para discussão sobre a atuação de organizações criminosas no sistema prisional.

Senhor Presidente,

Requeiro a realização de audiência pública para discussão sobre atuação de organizações criminosas no sistema prisional. Solicito, ainda, que sejam convidadas a participar representantes dos órgãos da execução penal nas unidades da federação, autoridades federais e representantes da sociedade civil.

JUSTIFICATIVA

Muitos foram os diagnósticos produzidos por instituições públicas e organizações sociais a respeito do sistema carcerário brasileiro. Também houve, nos últimos anos, uma significativa capacitação do Estado para avaliar a estrutura e o funcionamento das unidades e, a partir daí, tentar conter a degradação sistêmica do setor, que já abriga mais de 600 mil pessoas.

Dadas as dificuldades de acesso do poder público a informações relevantes no mundo do crime, uma lacuna tem sido persistente nesses estudos. Referimo-nos à influência do crime organizado na vida prisional.

Informações sobre origem das frequentes rebeliões, conflitos internos entre facções, diretivas de dentro para fora dos muros das prisões e de fora para dentro, entre outros temas, somente chegam ao público como fruto de investigações jornalísticas.

Surgida nas prisões, a criminalidade organizada tem mostrado sua capacidade de comando e capilaridade nas rebeliões. Uma amostra dessa força foi o suposto acordo firmado entre o grupo conhecido como PCC e representantes da cúpula do governo do Estado de São Paulo para cessar os ataques aos profissionais de segurança pública em 2006 e à sociedade.

Assim, proponho a realização da audiência pública sobre a atuação de organizações criminosas no sistema prisional, mediante convite das autoridades e organizações com atuação no tema.

Nesses termos, solicito o apoio dos nobres membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para a aprovação do requerimento.

Sala de Comissões, 3 de agosto de 2015.

Paulo Pimenta
Deputado Federal PT-RS